

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	24
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	25
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	26
10.8 - Plano de Negócios	27
10.9 - Outros fatores com influência relevante	28

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

Os riscos a que a Companhia e suas Controladas estão sujeitas estão resumidos no item 4.1.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade de contratos em vigor, a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	<b>Aumento/Redução em Percentual s/ taxa de câmbio</b>	<b>Efeito no Lucro antes da tributação</b>	<b>Efeito no Patrimônio antes da tributação</b>
31/12/2013	+25%	(3.011)	(3.011)
	+50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023
31/12/2012	+25%	(544)	(544)
	+50%	(1.088)	(1.088)
	-25%	544	544
	-50%	1.088	1.088

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 – Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado**

Manutenção de caixa a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

**a. riscos para os quais se busca proteção**

Riscos cambiais

**b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

**c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Vide item “b” acima

**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

**e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

Não opera

**f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos**

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

**g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

### **5.3 Alterações significativas nos principais riscos de mercado**

- Fatores de risco em relação aos setores da economia em que a Companhia atua:

O ano de 2013 foi marcado ainda por dificuldades na recuperação do nível da receita operacional da controladora, fortemente impactado pela paralização de alguns projetos incluídos na carteira de encomendas principalmente nas áreas de siderurgia e mineração.

Apesar da extensa agenda de eventos previstos, 2014 ainda apresentará um ambiente restrito para novos projetos de infraestrutura, mantendo um mercado extremamente competitivo e exigindo todo o esforço da companhia na busca de novos projetos para manutenção de nossa carteira de encomendas em nível adequado à nossa capacidade industrial.

Manteremos nossos esforços na consolidação e manutenção de nossos programas de controle de custos e despesas para que possamos melhorar os nossos resultados.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

### **5.4 – Outras informações relevantes**

Não existem outras informações relevantes.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

**b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações**

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$ Mil)	b) capital subscrito (em R\$ Mil)	c) capital integralizado (em R\$ Mil)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325	44.325	44.325	integralizado
Preferenciais	992.808	72.474	72.474	72.474	integralizado
<b>Total</b>	<b>1.600.000</b>	<b>116.800</b>	<b>116.800</b>	<b>116.800</b>	<b>integralizado</b>

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>368.997</b>	<b>23,06</b>	<b>353.368</b>	<b>58,20</b>	<b>15.629</b>	<b>1,57</b>

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

**c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Em contas a receber de clientes, R\$ 158,17 milhões (Controladora) e R\$ 147,86 milhões (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda, sendo que R\$ 84,46 milhões (Controladora) e R\$ 70,12 milhões (Consolidado) correspondem aos valores líquidos a receber desses contratos e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante está vinculada à execução dos contratos de construção e à realização dos respectivos valores a receber.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas**

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2013	Vencimentos dos Contratos	Controladora		Consolidado	
				31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				Reapresentado			
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	15/06/15	4.829	7.930	4.829	7.930
BNDES - Finem	TJLP	2,90%	15/03/13	-	255	-	255
BNDES - Finem	TJLP	2,34%	15/02/16	-	-	1.829	2.613
BNDES - Finem	TJLP	4,80%	16/11/15	-	-	3.773	5.999
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	15/02/15	2.542	3.828	2.542	3.828
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	15/01/14	15	249	15	450
BNDES - Finame	TJLP	2,30%	15/09/13	-	-	-	18
BNDES - Finame	TJLP	3,06%	15/09/13	-	-	-	1.163
BNDES - Finame	Fixa	4,79%	15/09/15	-	-	1.542	2.523
Outros	Fixa	16,20%	13/08/14	-	-	924	2.343
Outros	CDI	123% do CDI	14/09/15	1.575	2.475	1.575	2.475
Arrendamento Mercantil	Fixo	17,16%	06/05/14	-	-	550	2.486
Sub-Total				8.961	14.737	17.579	32.083
Capital de Giro:							
Financiamento Importação	EUR	2,97%	01/11/12 a 01/02/13	-	3.473	-	3.473
Financiamento Importação	EUR	2,25%	04/01/14 a 13/06/14	11.687	-	11.687	-
Financiamento Importação	USD	3,03%	01/02/13	-	874	-	874
Financiamento Importação	USD	2,65%	27/01/14	358	-	358	-
Nota de Credito Exportação	CDI	0,00%	10/01/14	16.867	14.793	16.867	14.793
Capital de Giro	CDI	3,70%	15/06/15	-	41.854	-	41.854
Capital de Giro	CDI	1,80%	15/07/14 a 15/12/14	14.377	-	14.377	-
Capital de Giro - Progeren	CDI	136% do CDI	17/01/14	5.076	-	5.076	-
Finame Fabricante	Fixa	8,70%	15/08/13	-	20.250	-	20.250
Finame Fabricante	Fixa	3,00%	15/04/14 a 15/01/15	85.288	-	85.288	-
Finame Fabricante	Fixa	3,50%	17/11/14 a 15/01/15	-	-	13.000	-
Financiamento Fornecedores							
Serviços Petrobras	CDI	5,00%	11/08/13	-	-	-	3.757
Total Capital de Giro:				133.653	81.244	146.653	85.001
Total Geral:				142.614	95.981	164.232	117.084
Parcela Circulante				128.300	49.303	142.042	61.506
Parcela não circulante				14.314	46.678	22.190	55.578
Juros Pagos				13.292	7.695	14.706	2.547

Para os contratos de financiamentos celebrados junto ao BNDES com taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado, as quais enquadram-se no escopo do IAS 20 /CPC 7, foram efetuados cálculos comparativos para cada contrato com a utilização do método de juros efetivos definidos pelo IAS 39 / CPC 38. As comparações foram efetuadas entre o valor total da dívida calculada com base na respectiva taxa pactuada e o cálculo de acordo com as taxas de mercado (valor justo). A receita de subvenção concedida pelo BNDES a apropriar, ajustada a valor presente em 31 de dezembro de 2013, resultou para a Controladora em R\$ 2.593 e para o Consolidado R\$ 3.322. Em 31 de dezembro de 2012 foi nula para a Controladora e R\$ 80 (Consolidado).

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas Controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Cronograma de desembolsos - Não Circulante**

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2014	-	35.743	-	41.051
2015	14.314	10.935	21.842	14.161
2016	-	-	348	366
	<b>14.314</b>	<b>46.678</b>	<b>22.190</b>	<b>55.578</b>

**Adiantamentos de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
				<b>Reapresentado</b>
Saldo de Adiantamento de clientes	78.672	45.555	82.695	51.415

A conta "Adiantamento de clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda (Contratos de construção vide nota 7) e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 (R1) - Contratos de construção.

**e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.**

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- Investimentos em ativo imobilizado: linhas de financiamento Finame para máquinas e equipamentos e linhas de financiamento Finen para os demais investimentos fixos.
- Capital de Giro: financiamentos em bancos comerciais.

**f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:**

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 19,55% do ativo total na Controladora e 21,61% consolidado.

**i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

Ver item "d"

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas**

Os financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados.



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

iv.Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Não existem restrições impostas à Companhia e todos os atos relacionados a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos e emissão de novos valores mobiliários, são submetidos ao Conselho de Administração.

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Não existem limites de financiamentos já contratados e não utilizados.

**h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2013 e o comparativo com 31/12/2012, foram publicadas em 27 de março de 2014.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Demonstrações de resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012***(Em milhares de Reais)*

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>reapresentado</b>		<b>reapresentado</b>
	<b>2013</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2012</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	349.460	263.328	424.949	310.080
<b>Custos dos produtos vendidos e/ou dos serviços prestados</b>	<u>(309.314)</u>	<u>(250.020)</u>	<u>(375.331)</u>	<u>(294.305)</u>
<b>Lucro bruto</b>	<b>40.146</b>	<b>13.308</b>	<b>49.618</b>	<b>15.775</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>				
Vendas	(27.354)	(24.101)	(29.797)	(26.867)
Gerais e administrativas	(18.681)	(20.632)	(33.789)	(39.574)
Honorários e participação da administração	(5.229)	(4.512)	(5.251)	(4.542)
Despesas financeiras	(21.486)	(18.501)	(22.746)	(20.873)
Receitas financeiras	7.935	4.499	6.718	5.178
Resultado da equivalência patrimonial	(6.348)	5.810	2.465	23.649
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	<u>(10.052)</u>	<u>13.832</u>	<u>(7.536)</u>	<u>12.348</u>
	(81.215)	(43.605)	(89.936)	(50.681)
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>	<b><u>(41.069)</u></b>	<b><u>(30.297)</u></b>	<b><u>(40.318)</u></b>	<b><u>(34.906)</u></b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>				
<b>social</b>	<b>(41.069)</b>	<b>(30.297)</b>	<b>(40.318)</b>	<b>(34.906)</b>
Imposto de renda e contribuição social	1.838	5.594	1.691	8.737
Corrente	-	-	(704)	(71)
Diferido	1.838	5.594	2.395	8.808
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b><u>(39.231)</u></b>	<b><u>(24.703)</u></b>	<b><u>(38.627)</u></b>	<b><u>(26.169)</u></b>
Atribuído a acionistas da empresa controladora	(39.231)	(24.703)	(39.231)	(24.703)
Atribuído a sócios não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>604</u>	<u>(1.466)</u>
	<b><u>(39.231)</u></b>	<b><u>(24.703)</u></b>	<b><u>(38.627)</u></b>	<b><u>(26.169)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

*Receita operacional líquida:* Esperávamos que em 2013 houvesse uma recuperação no nível de atividade no setor de bens de capital, porém isto não ocorreu.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 424,9 milhões em 2013 com aumento de 36,7% em relação a 2012, quando registrou R\$ 310,8 milhões.

Em 2013, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi 8,4% maior que no ano anterior, atingindo R\$ 62,1 milhões (R\$ 57,3 milhões em 2012).

*Lucro Bruto:* A margem bruta consolidada de 5,1% (reapresentado) em 2012 passou para 11,7% em 2013 e a margem operacional consolidada que era de -11,3% (reapresentado) em 2012 passou para -9,5% em 2013.

*Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações:* As despesas administrativas, honorários e participações apresentaram aumento de 4,90% na controladora e de 11,50% consolidado. Considerando o aumento do volume de operações em relação a 2012, os percentuais dessas despesas em relação à receita líquida apresentam queda significativa, caindo de 18,7% em 2012 para 14,7% em 2013 (Controladora).

*Resultado financeiro líquido:* O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção, o que exigiu um volume maior de financiamentos junto às instituições financeiras.

*Resultado da equivalência patrimonial:* O decréscimo de 209,26% em relação a 2012 deve-se principalmente às condições desfavoráveis à que a indústria brasileira esteve sujeita durante o ano de 2013, o que causou insuficiente nível de encomendas nas Controladas Duraferro Indústria e Comércio Ltda e Barefame Instalações Industriais Ltda.

*Outras despesas e receitas operacionais líquidas:* O resultado negativo na Controladora em 2013 deve-se principalmente aos custos de ociosidade e à constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa. No ano de 2012, o resultado positivo da Controladora deve-se principalmente à venda das ações da Companhia Vale S/A.

*Lucro/Prejuízo operacional:* O prejuízo operacional da Controladora de R\$ 41.069 mil deve-se aos motivos já comentados.

*Lucro/Prejuízo Líquido:* O prejuízo líquido do exercício de R\$ 39.231 mil, em relação ao prejuízo operacional resulta do lançamento de R\$ 1.838 mil referentes a créditos fiscais diferidos ativos conforme consta na nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 2012  
(Em milhares de Reais)**

Ativo	Controladora		Consolidado	
	reapresentado		reapresentado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	13.083	23.787	14.725	26.522
Contas a receber de clientes	139.873	92.813	161.877	104.087
Partes relacionadas	40.483	32.403	-	-
Estoques	91.437	89.935	106.329	104.858
Impostos a recuperar	18.811	11.379	28.943	22.789
Despesas antecipadas	1.878	1.213	3.051	2.073
Outros créditos	12.382	10.445	13.117	12.108
	<u>317.947</u>	<u>261.975</u>	<u>328.042</u>	<u>272.437</u>
<b>Não circulante</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Partes relacionadas	37.045	24.239	-	-
Contas a receber de clientes	4.963	-	4.963	-
Titulos e valores mobiliários	-	-	13.994	17.377
Impostos a recuperar	3.716	3.804	3.772	3.923
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	6.161	5.512
Outros créditos	5.847	5.591	8.866	9.040
	<u>51.571</u>	<u>33.634</u>	<u>37.756</u>	<u>35.852</u>
<b>Imobilizado</b>	<u>231.725</u>	<u>238.170</u>	<u>296.955</u>	<u>308.677</u>
<b>Investimentos</b>	<u>113.490</u>	<u>114.727</u>	<u>70.535</u>	<u>73.333</u>
<b>Propriedades para investimento</b>	-	-	10.125	9.303
<b>Intangível</b>	<u>14.529</u>	<u>12.020</u>	<u>16.436</u>	<u>14.093</u>
	<u>411.315</u>	<u>398.551</u>	<u>431.807</u>	<u>441.258</u>
	<u>729.262</u>	<u>660.526</u>	<u>759.849</u>	<u>713.695</u>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### ATIVO CIRCULANTE

*Caixa e equivalentes de caixa:* As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

*Contas a Receber de Clientes:* Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis. O aumento de 50,70% na Controladora e 55,52% no Consolidado deve-se ao aumento das receitas e à condições contratuais dos fluxos de caixa dos contratos de construção.

*Estoques:* A variação decorre do volume de operações da Companhia. O aumento de 1,67% da Controladora e 1,4% do Consolidado verifica-se devido ao aumento de contratos de curto prazo em elaboração, cujo estoque aumentou 59,08% da Controladora e 40% do Consolidado. Os estoques de matérias primas e materiais de consumo reduziram em 12% na Controladora e 10,7% no Consolidado – Ver Nota Explicativa nº 8 - Estoques.

*Impostos a recuperar:* A variação deve-se ao aumento de volume de operações da Companhia.

*Impostos diferidos:* A variação é decorrente dos ajustes de adições e exclusões para obtenção do Lucro Real, conforme pode ser verificado à nota explicativa 9-b às Demonstrações Contábeis.

*Outros Créditos:* O aumento em 31 de dezembro de 2013 deve-se principalmente ao aumento de adiantamentos a fornecedores estrangeiros relativos à matérias primas e componentes importados.

### ATIVO NÃO CIRCULANTE

*Partes Relacionadas:* A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 12 às Demonstrações Contábeis.

*Contas a Receber de Clientes:* A variação é recorrente de reivindicações de contratos de longo prazo, cujas receitas foram reconhecidas devido às negociações terem atingido um estágio tal que tornou-se provável seu recebimento.

*Impostos a recuperar:* A variação refere-se principalmente à movimentação de créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado (ver também comentários no Ativo Circulante).

*Outros Créditos:* A variação deve-se principalmente ao aumento dos depósitos judiciais

*Imobilizado:* A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 13 às Demonstrações Contábeis)

*Investimentos:* A variação decorre da movimentação do patrimônio líquido das Controladas e Coligadas, cuja avaliação é feita pelo método da equivalência patrimonial.

*Intangível:* A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2013, 2012 (Em milhares de Reais)**

	Controladora		Consolidado	
	reapresentado		reapresentado	
	2013	2012	2013	2012
<b>Passivo, Participação de acionistas</b>				
<b>não controladores e Patrimônio líquido</b>				
<b>Circulante</b>				
Empréstimos e financiamentos	128.300	49.303	142.042	61.506
Fornecedores	51.605	37.495	57.385	40.944
Partes relacionadas	562	72	-	-
Impostos e contribuições a recolher	2.986	3.388	3.785	4.081
Salários e férias a pagar	16.254	15.965	22.619	21.490
Adiantamentos de clientes	78.672	45.555	82.695	51.415
Outras contas a pagar	8.582	4.682	9.085	5.076
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.025	5.989	6.025	5.989
Imposto de renda e contribuição social	-	-	248	71
	<u>292.986</u>	<u>162.449</u>	<u>323.884</u>	<u>190.572</u>
<b>Não circulante</b>				
Partes relacionadas	21.009	10.404	-	-
Empréstimos e financiamentos	14.314	46.678	22.190	55.578
Provisão para demandas judiciais	4.201	5.471	9.534	11.467
Provisão para perdas invest. empr. Controladas	12.607	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	31.143	32.983	42.977	45.879
Outras contas a pagar	1.279	10	1.289	20
	<u>84.553</u>	<u>95.546</u>	<u>75.990</u>	<u>112.944</u>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social	116.800	116.800	116.800	116.800
Reservas de capital	92.284	85.439	92.284	85.439
Ajustes de avaliação patrimonial	117.059	123.589	117.059	123.589
Reservas de lucros	25.580	76.703	25.580	76.703
Participação de acionistas não controladores	-	-	8.252	7.648
	<u>351.723</u>	<u>402.531</u>	<u>359.975</u>	<u>410.179</u>
	<u><u>729.262</u></u>	<u><u>660.526</u></u>	<u><u>759.849</u></u>	<u><u>713.695</u></u>

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### PASSIVO CIRCULANTE

*Financiamentos e Empréstimos:* A variação refere-se à movimentação dos prazos de pagamento de longo para curto prazo de um ano para outro e à maior necessidade de recursos de instituições financeiras devido as atuais condições contratuais de fluxos de caixa dos contratos de construção.

*Fornecedores:* A variação decorre de melhoria nos prazos de pagamento a fornecedores.

*Obrigações Fiscais:* A variação decorre do volume de operações da Companhia.

*Obrigações Sociais e Trabalhistas:* A variação decorre do volume das operações da Companhia e das programações de férias aos colaboradores. Em 31/12/2013 o número de colaboradores era de 1.169 e de 1.237 em 31/12/2012.

*Adiantamento de Clientes:* A variação decorre das características dos cronogramas de recebimentos e da execução dos produtos sob encomenda – contratos de construção.

*Outras Contas a pagar:* A variação decorre do volume de operações da Companhia, principalmente da movimentação de provisões de custos incorridos.

*Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio:* Não há variação significativa pois, de acordo a Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia registra nesta rubrica o dividendo mínimo obrigatório (ver DMPL e nota explicativa n. 19-e às Demonstrações Contábeis). Em 2013, por força do Artigo 6º, alínea a, do Estatuto Social, foi contabilizado à conta de Reserva de lucros, a distribuição de dividendos mínimos no valor de R\$ 5.798 às ações preferenciais, correspondente a 8% ao ano sobre o respectivo Capital Social com valor de R\$ 5,84 por ação.

### PASSIVO NÃO CIRCULANTE

*Financiamento e Empréstimos:* Ver explicação no passivo circulante.

*Provisão para Demandas Judiciais:* A variação refere-se à movimentação de valores provisionados decorrentes da classificação de riscos e do volume de processos ativos.

*Outras Contas a Pagar:* A redução refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2013.

*Reservas de Capital:* A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – Controladas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

*Ajustes de Avaliação Patrimonial / Outros resultados abrangentes:* Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponível para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos e das depreciações e baixas do ativo imobilizado.

*Reservas de Lucros:* A variação deve-se principalmente a absorção do prejuízo (ver DMPL).

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 – Resultados das operações

#### a) Componentes importantes da Receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

O PIB brasileiro após ter apresentado um decréscimo de 2,7% em 2011, em 2012 para 0,9% e em 2013 teve um aumento 2,3% em relação a 2012 (IBGE). O PIB da Indústria no mesmo período teve um comportamento decrescente, com 1,6% em 2011 e -0,8% em 2012 e em 2013 teve um crescimento de 1,3% em relação ao ano de 2012.

A receita líquida operacional consolidada atingiu R\$ 424,9 milhões em 2013 com aumento de 37,0% em relação a 2012, quando registrou R\$ 310 milhões (reapresentado).

Em 2013, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi de R\$ 62,1 milhões (R\$ 57,3 milhões em 2012).

Com o crescimento do PIB da indústria em 2013, a Companhia obteve encomendas que permitiram aumentar o volume de pedidos de equipamentos a executar.

A receita líquida a apropriar da controladora que era de R\$ 405,3 milhões em 31/12/2012, registrou R\$ 597,6 milhões em 31/12/2013..

O total da receita líquida a apropriar considerando controladas e controlada em conjunto em 31/12/2013 foi de R\$ 837 milhões e em 31/12/2012 era de R\$ 568 milhões.

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas hidrelétricas;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

#### b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme já explicado no item “a”, houve um aumento da receita operacional líquida de 37,0% em relação a 2012 (Consolidado).

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### *Risco de crédito*

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Entretanto, os fluxos de caixas contratuais dos projetos estão sujeitos a riscos de atrasos de pagamentos por parte dos clientes e suspensões de contratos. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas Controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.



**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro***Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos*

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas Controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas Controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

*Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia e suas Controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas Controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a Nota 20.

*Risco de taxas de câmbio*

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas Controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas Controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

*Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)*

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas Controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas Controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de dezembro de 2013.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
	Reapresentado		Reapresentado	
Empréstimos e financiamentos	142.614	95.981	164.232	117.084
Fornecedores	51.605	37.495	57.385	40.944
Partes relacionadas	21.571	10.476	-	-
Provisão IR e CS	-	-	248	71
Provisão participação da diretoria/empregados	210	293	210	293
Dividendos propostos/juros sobre capital próprio	6.025	5.989	6.025	5.989
Adiantamento de clientes	78.672	45.555	82.695	51.415
Provisão de férias e encargos	11.356	11.222	15.433	14.747
Provisão para contingências	4.201	5.471	9.534	11.467
Provisão IR e CS diferidos	31.143	32.983	42.977	45.879
Outros	30.142	12.530	21.135	15.627
<b>Dívida líquida</b>	<b>377.539</b>	<b>257.995</b>	<b>399.874</b>	<b>303.516</b>
Patrimônio líquido	351.723	402.531	359.975	410.179
<b>Patrimônio líquido e dívida líquida</b>	<b>729.262</b>	<b>660.526</b>	<b>759.849</b>	<b>713.695</b>
<b>Coefficiente de alavancagem</b>	<b>0,52</b>	<b>0,39</b>	<b>0,53</b>	<b>0,43</b>

*Risco de concentração de negócios*

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas Controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios.

**c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos, entretanto o aumento da inflação de determinados componentes dos custos podem exigir maiores esforços na recuperação dos desequilíbrios.

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 16 às Demonstrações Contábeis.

*Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos*

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio líquido consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2013	+ 100	(455)	(455)
	+ 150	(676)	(676)
	-25	113	113
	- 50	226	226
31/12/2012	+ 25	(229)	(229)
	+ 50	(457)	(457)
	-25	229	229
	- 50	457	457

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio consolidado.

*Moeda Estrangeira*

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

Natureza do Saldo	Valores ( em R\$ mil)		
	31/12/2013	31/12/2012	Moeda
Adiantamentos para importações	3.183	1.829	EUR
Adiantamentos para importações	457	211	USD
Financiamento Finimp	11.687	3.473	EUR
Financiamento Finimp	358	874	USD
Importações de materiais	286	342	EUR
Importações de materiais	879	780	USD

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em Percentua s/ tx cambio 30/12/2013	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2013	25%	(3.011)	(3.011)
	50%	(6.023)	(6.023)
	-25%	3.011	3.011
	-50%	6.023	6.023
31/12/2012	+25%	(544)	(544)
	+50%	(1.088)	(1.088)
	-25%	544	544
	-50%	1.088	1.088

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs**

**10.3 – Efeitos relevantes com introdução ou alienação de segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária e eventos ou operações não usuais.**

**a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não aplicável.

**b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não aplicável.

**c) Eventos não usuais**

Não aplicável.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

#### a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), exceto pelos investimentos em sociedades controladas avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os CPCs.

A Diretoria da Companhia, em reunião realizada em 18 de março de 2014, autorizou emissão destas demonstrações financeiras.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2013, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013:

- *Alterações ao IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes*: As revisões do IAS 1 alteraram o agrupamento dos itens apresentados em outros resultados abrangentes. Itens que poderiam ser reclassificados (ou “reciclados”) ao resultado em certo período no futuro (por exemplo, ganhos líquidos em operações de *hedge* de investimentos líquidos, diferenças de variação cambial na tradução de operações no exterior, movimentos líquidos de *hedge* de fluxos de caixa ou ganhos na venda de ativos classificados como disponíveis para venda) deveriam ser apresentados separadamente dos itens que nunca serão reclassificados (por exemplo, ganhos ou perdas atuariais em planos de benefício definido).
- *Alterações ao IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda)*: O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação.
- *Alterações ao IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011)*: Como consequência das recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 - Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas.
- *Alterações IFRS 1 – Empréstimos do Governo – Revisões da IFRS 1*: Estas revisões estabelecem a primeira aplicação das exigências do IAS 20 - Contabilização de Subvenção e Assistências Governamentais, prospectivamente a empréstimos governamentais existentes na data de transição para as IFRS. As entidades podem optar por aplicar as exigências da IFRS 9 (ou IAS 39, conforme o caso) e IAS 20 a empréstimos do governo retrospectivamente, se a informação necessária para isso tivesse sido obtida no momento da contabilização inicial desse empréstimo. A exceção dispensaria as entidades que estejam adotando a norma pela primeira vez da mensuração retrospectiva de empréstimos do governo com uma taxa de juros inferior à do mercado.
- *Alterações IFRS 7 – Divulgações - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IFRS 7*: Estas revisões exigem que uma entidade divulgue

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

informações sobre os direitos à compensação e acordos relacionados (por exemplo, acordos de garantia). As divulgações fornecem informações úteis aos usuários para avaliar o efeito de acordos de compensação sobre a posição financeira de uma entidade. As novas divulgações são necessárias para todos os instrumentos financeiros reconhecidos que são compensados de acordo com o IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação. As divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros reconhecidos que estão sujeitos a um contrato principal de compensação ou acordo semelhante, independentemente de serem ou não compensados de acordo com o IAS 32.

- *Alterações IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas:* A norma IFRS 10 substitui a parte do IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas, que trata da contabilização das demonstrações financeiras consolidadas. Também aborda as questões suscitadas na SIC-12 *Consolidação - Entidades de Propósito Específico*. A IFRS 10 estabelece um modelo único de controle que se aplica a todas as entidades, inclusive entidades de propósito específico. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 exigirão que a Administração exerça julgamento significativo para determinar quais entidades são controladas e, portanto, obrigadas a serem consolidadas por uma controladora, comparativamente aos requisitos que estavam no IAS 27.
- *Alterações IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos:* A IFRS 11 substitui o IAS 31 - *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC-13 - *Entidades Controladas em Conjunto - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores*. A IFRS 11 elimina a opção de contabilização de entidades controladas em conjunto (ECC) com base na consolidação proporcional. Em vez disso, as ECC que se enquadrarem na definição de empreendimento conjunto (*joint venture*) deverão ser contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial. A aplicação desta nova norma terá impacto sobre a posição patrimonial e financeira da Companhia, eliminando a consolidação proporcional da IMMA – Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais com início a partir 1º de janeiro de 2013, e deverá ser aplicada retrospectivamente a empreendimentos conjuntos mantidos na data da aplicação inicial. Vide efeitos no quadro seguinte.
- *Alterações IFRS 12 Divulgação de Participações em Outras Entidades:* A IFRS 12 inclui todas as divulgações anteriormente incluídas no IAS 27 relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas, bem como todas as divulgações que foram previamente incluídas no IAS 31 e IAS 28. Estas divulgações são relacionadas às participações de uma entidade em controladas, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas. Uma série de novas divulgações também são necessárias, mas não haverá impacto sobre a posição financeira ou o desempenho da Companhia.
- *Alterações IFRS 13 Mensuração do Valor Justo:* A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientação nas IFRS para todas as mensurações do valor justo. A IFRS 13 não muda a determinação de quando uma entidade é obrigada a utilizar o valor justo, mas fornece orientação sobre como mensurar o valor justo de acordo com as IFRS, quando o valor justo é exigido ou permitido.

**Efeitos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (período comparativo nas demonstrações de 31 de dezembro de 2013) relativos a aplicação da:**

- IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos – eliminação da consolidação proporcional da IMMA - Indústria Metalúrgica e Mecânica da Amazônia Ltda.
- IFRS 13 Mensuração do Valor Justo – alteração da política contábil para propriedades para investimento para mensuração do valor justo).

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes IFRS, alterações e interpretações do IFRIC haviam sido publicados, porém não eram de aplicação obrigatória:

#### Alterações que não deverão trazer impactos para a Companhia

*IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões do IAS 32:* Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legal de compensação”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação do IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Esta norma tem vigência para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

#### Alterações que deverão trazer impactos para a Companhia

*IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração:* A norma IFRS 9, conforme emitida reflete a primeira fase dos trabalhos do IASB referentes à substituição do IAS 39 e aplica-se à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, tal como definido no IAS 39. A norma inicialmente iria vigorar para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo, a norma *Alterações à IFRS9 - Data Efetiva da IFRS 9 e Divulgações para Transição*, emitida em dezembro de 2011, alterou a data efetiva obrigatória para 1º de Janeiro de 2015. Em fases posteriores, o IASB abordará a contabilidade de instrumentos de *hedge* e a redução ao valor recuperável de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá efeito sobre a classificação e mensuração de ativos financeiros da Companhia e suas controladas, mas não causará impacto na classificação e mensuração de passivos financeiros. A Companhia quantificará o efeito em conjunto com as outras fases, quando for emitida a norma final, compreendendo todas as fases.

#### Mudança da política contábil para propriedades para Investimentos

Propriedades para Investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

De acordo com o item 30 do CPC 28 – Propriedades para Investimentos, a entidade deve escolher como sua política contábil o método do valor justo nos itens 33 a 55 ou o método do custo no item 56 e deve aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento.

As propriedades para investimentos pertencem à controlada Bardella Administradora de Bens e Empresas e Corretora de Seguros Ltda. e correspondem a três andares de prédio comercial de escritórios com o objetivo de aluguel.

Na data de transição para IFRS, a Companhia e suas controladas fizeram uso do dispositivo previsto no CPC 37 (R1) e seguindo orientação da Interpretação ICPC 10 – Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, avaliaram suas máquinas, equipamentos e edificações, inclusive as propriedades para investimentos, atribuindo um novo custo (*deemed cost*).

**10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**

O Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro afirma que uma alteração voluntária na política contábil deve ser feita apenas se a alteração resultar numa apresentação mais apropriada das operações, de outros acontecimentos ou de condições nas demonstrações contábeis da entidade.

Desta forma, a Companhia decidiu pela alteração da política contábil para propriedade para investimento e a partir de 2013, passou a avalia-las pelo método do valor justo.

Os impactos destas alterações são descritos a seguir:

a) Impacto sobre a demonstração do resultado:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas operacionais	570	822
Ajuste depreciação	160	104
<b>Subtotal</b>	<b>730</b>	<b>926</b>
Imposto de renda e contribuição social s/lucro líquido diferidos	(249)	(314)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>481</b>	<b>612</b>

b) Impacto sobre o patrimônio líquido - aumento (redução):

	<u>01/01/2012</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2013</u>
Propriedades para Investimentos	4.345	730	926
<b>Ativo não circulante</b>	<b>4.345</b>	<b>730</b>	<b>926</b>
Provisão IR e CslI diferidos	1.477	249	314
<b>Passivo não circulante</b>	<b>1.477</b>	<b>249</b>	<b>314</b>
<b>Impacto no patrimônio líquido</b>	<b>2.868</b>	<b>481</b>	<b>612</b>

c) **ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S. A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.



**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas***Estimativas contábeis*

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia e suas Controladas usem de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas leva em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, quando aplicável: valor residual do ativo imobilizado e intangível; cálculo do custo atribuído (*deemed cost*) para determinados grupos de ativos imobilizados; a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis; taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; provisão para redução ao valor recuperável de ativos; provisão para devedores duvidosos; provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; créditos fiscais diferidos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido). Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da Administração, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas pelo menos trimestralmente.

**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

Recomendações presentes no relatório do auditor, quando aplicável, são consideradas e confrontadas com os procedimentos de Controles Internos os quais são revisados quando necessário.

## **10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados**

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

Não se aplica a nossa Companhia.

**10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios****10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:**

**a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. Quando necessário, a Companhia pode utiliza-se de arrendamentos operacionais para bens de informática e veículos.

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Não aplicável

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não aplicável

**iv. contratos de construção não terminada**

Não aplicável

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável

**b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável

**10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante**

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável

**b) natureza e o propósito da operação**

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

**c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável